

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil Class.: Amaz. / Militares  
 Data 25 e 27/09/93 Pg.: 6 78

SAE

## Disputa pelo controle da informação

por Luiza Pastor  
de Brasília

O presidente Itamar Franco tem em mãos dois projetos para criação de um órgão centralizador dos serviços de inteligência no País. Um deles reforça o papel da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), que permaneceria como administradora maior das informações geradas pelo serviço; o outro, ao contrário, estende o processo de decisão a um conselho do qual participam, além dos ministros militares, os de Justiça, Relações Exteriores, parlamentares e membros do Judiciário.

Cada projeto reflete uma posição bem clara de parte significativa do comando militar e, em última análise, resume o perfil da posição de cada parte na luta pelo poder e pelo controle das informações estratégicas que se vem desenrolando silenciosamente dentro das Forças Armadas.

De um lado, existe o projeto que aperfeiçoou o que

havia chegado a ser enviado ao Congresso e retirado pelo presidente, e foi elaborado pela equipe do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), almirante Márcio César Flores. Em sua nova versão, este projeto prevê a criação de um Centro Federal de Inteligência, órgão auxiliar do Conselho de Defesa Nacional (CDN) que teria a forma administrativa de autarquia.

O item que é alvo prioritário das críticas dos adversários deste projeto é o parágrafo segundo do artigo 6º. Nele, fica estabelecido que o diretor do Centro Federal de Inteligência se reportará ao secretário executivo do Conselho de Defesa Nacional, "a quem cabe dar ciência aos membros do Conselho, de acordo com a natureza do assunto". Ou seja, abre-se caminho para que o secretário, sozinho, decida se informa ou não aos demais ministros membros do Conselho sobre dados levantados pelo Centro. De acordo

com o que estabelece a lei, a secretaria executiva do Conselho pertence ao titular da SAE — no caso, atualmente, o almirante Flores.

A possibilidade de que ficam centralizadas em mãos do almirante Flores todas as informações de inteligência mobilizou os demais ministros militares e o próprio secretário de Polícia Federal, Wilson Romão, homem tradicionalmente ligado à comunidade de informações. Foi, então, elaborado outro projeto, que cria a Secretaria Federal de Inteligência. Para esta, de acordo com o projeto, seriam destacados da SAE a Subsecretaria de Inteligência, a Coordenação Geral da Administração e as Agências Regionais, com todo seu acervo patrimonial, receitas e atribuições.

Esse projeto, que esvazia significativamente a SAE, prevê ainda a criação de um conselho superior de inteligência que, com a secretaria e os sistemas de

inteligência setoriais dos ministérios militares (SIS/MIN) formariam a Comunidade Nacional de Inteligência. O conselho, na prática, teria a função de centralizar a administração e distribuição das informações. O grande argumento dos que apóiam esta alternativa, no entanto, é a própria composição do conselho, que seria presidido pelo ministro da Justiça e teria como membros natos os ministros da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), das Relações Exteriores e representantes dos poderes Legislativo e Judiciário.

Para assegurar que o processo terá ainda maior isenção na análise dos dados levantados e encaminhados ao conselho, o projeto estabelece que o titular da Secretaria Federal de Inteligência, embora membro do conselho, não terá direito a voto, limitando-se ao assessoramento técnico das decisões.